

Ano III, v.1 2023 | submissão: 03/06/2023 | aceito: 05/06/2023 | publicação: 07/06/2023

Ética Financeira e Inovação Social: Reconfigurações Contemporâneas da Criação de Valor nas Organizações

Financial Ethics and Social Innovation: Contemporary Reconfigurations of Value Creation in Organizations

Mayara Costa Machado | Florida Atlantic University (FAU)

Resumo

A interação entre ética financeira, governança corporativa e inovação social deixou de ser um tema marginal na discussão empresarial e passou a ser central na formulação estratégica de empresas, investidores e reguladores. Em vez de ser vista como um complemento moral à análise econômica, a ética está sendo reconhecida como parte essencial das decisões de investimento, especialmente em contextos que apresentam riscos climáticos, tensões sociais e um aumento na vigilância pública. Este artigo explora como princípios éticos, critérios de materialidade e iniciativas de inovação social voltadas para resultados podem ser integrados em um modelo coeso de criação de valor que abrange dimensões econômicas, sociais, ambientais e de reputação. O argumento se desenvolve através do diálogo com a teoria dos stakeholders, com o *triple bottom line*, com a evolução dos padrões internacionais de relatório (GRI, SASB, ISSB) e com a literatura sobre confiança institucional e finanças comportamentais. A partir dessa base, sugere-se um marco analítico que estrutura a discussão em quatro eixos inter-relacionados: integridade e estrutura institucional da decisão financeira; identificação de temas materiais e gestão de riscos; inovação social alinhada à estratégia; e *accountability* ampliada nas relações com investidores e a sociedade. O texto mescla análise conceitual com uma reflexão prática sobre dilemas frequentes — como a tensão entre retorno e impacto, as disputas entre horizontes de curto e longo prazo, e os desafios de credibilidade em contextos de elevada assimetria informativa — e defende que, quando adotadas de maneira consistente, ética financeira e inovação social atuam como ferramentas para a redução de riscos, fortalecimento da confiança e estabelecimento de vantagens competitivas sustentáveis.

Palavras-chave: ética financeira; inovação social; governança corporativa; materialidade; disclosure; valor sustentável; confiança institucional.

Abstract

The interaction among financial ethics, corporate governance, and social innovation has ceased to be a marginal topic in business discussions and has become central to the strategic formulation of companies, investors, and regulators. Rather than being viewed as a moral complement to economic analysis, ethics is increasingly recognized as an essential component of investment decisions, especially in contexts marked by climate risks, social tensions, and heightened public scrutiny. This article explores how ethical principles, materiality criteria, and outcome-oriented social innovation initiatives can be integrated into a cohesive value-creation model that encompasses economic, social, environmental, and reputational dimensions. The argument unfolds through dialogue with stakeholder theory, the triple bottom line, the evolution of international reporting standards (GRI, SASB, ISSB), and the literature on institutional trust and behavioral finance. Based on this foundation, an analytical framework is proposed that structures the discussion around four interrelated pillars: integrity and institutional structure of financial decision-making; identification of material topics and risk management; social innovation aligned with strategy; and expanded accountability in relationships with investors and society. The text combines conceptual analysis with practical reflection on frequent dilemmas — such as the tension between return and impact, disputes between short- and long-term horizons, and credibility challenges in contexts of high information asymmetry — and argues that, when adopted consistently, financial ethics and social innovation function as tools for risk reduction, trust building, and the establishment of sustainable competitive advantages.

Keywords: financial ethics; social innovation; corporate governance; materiality; disclosure; sustainable value; institutional trust.

1. Introdução

A noção de “valor” empresarial passou, nas últimas décadas, por um processo de deslocamento que dificilmente pode ser ignorado por quem observa atentamente a interação entre mercados, instituições e sociedade. Por muito tempo, a ideia de que o desempenho econômico poderia ser avaliado quase exclusivamente a partir de indicadores de lucratividade, retorno ao acionista e crescimento de receita estruturou tanto a teoria quanto a prática da gestão financeira. Esse enquadramento não desapareceu, mas vem sendo confrontado por crises sucessivas: escândalos contábeis, colapsos ambientais de grande escala, escândalos de corrupção envolvendo conglomerados transnacionais, protestos sociais e, de maneira insistente, o avanço das mudanças climáticas e das desigualdades.

A combinação de riscos físicos, riscos de transição regulatória e pressões sociais tem levado investidores institucionais, reguladores e organismos internacionais a questionar modelos de negócios que, embora rentáveis no curto prazo, se revelam frágeis diante de choques ambientais, litígios, sanções ou boicotes. Organizações que ignoram impactos socioambientais significativos, aproveitam desigualdades de poder na cadeia produtiva ou funcionam com estruturas de governança opacas podem, por um período, demonstrar um desempenho financeiro sólido. Entretanto, a experiência recente indica que essas abordagens geralmente geram passivos ocultos que se manifestam na forma de danos à reputação, aumento do custo de capital, limitação de acesso a mercados e, em algumas situações, crises de continuidade.

Pesquisas empíricas que estabelecem uma conexão entre fatores ESG (ambientais, sociais e de governança) e o desempenho a longo prazo indicam que companhias com mecanismos mais sólidos de integridade, gestão de riscos e envolvimento com partes interessadas tendem a enfrentar melhor crises e a manter a confiança de investidores de longo prazo (Eccles; Edmans, 2020). Assim, o debate deixa de ser apenas normativo e passa a incluir um aspecto claramente prático: desconsiderar variáveis socioambientais, regulatórias e reputacionais tornou-se, em várias indústrias, uma fonte significativa de ineficiência econômica.

Diante desse contexto, a ética financeira não se resume mais à simples adesão a normas legais ou contábeis. Ela envolve a maneira como a organização organiza suas decisões de investimento, distribui riscos entre diferentes grupos, estabelece prioridades de alocação de recursos e atende às expectativas sociais em constante mudança. De maneira similar, a inovação social: iniciativas anteriormente vistas como atividades filantrópicas secundárias, muitas vezes desconectadas da estratégia principal, começam a ser reconsideradas com base em seu potencial de gerar impacto mensurável, reduzir conflitos, desenvolver capacidades locais e, ao mesmo tempo, conservar ou aumentar o valor econômico.

Ano III, v.1 2023 | submissão: 03/06/2023 | aceito: 05/06/2023 | publicação: 07/06/2023

Este artigo tem como objetivo analisar essas reconfigurações por meio de três movimentos analíticos. O primeiro revisita a fundamentação teórica que associa a teoria dos stakeholders, o triple bottom line, a evolução das definições de governança e materialidade, além das contribuições das finanças comportamentais para a compreensão da confiança institucional. O segundo organiza essas contribuições em um quadro que relaciona integridade, seleção de questões materiais, inovação social com foco em resultados e mecanismos de prestação de contas ampliada. O terceiro aborda as implicações para diferentes arranjos organizacionais — empresas, organizações híbridas e entidades sem fins lucrativos — e destaca alguns desafios que ainda precisam ser resolvidos.

A hipótese subjacente é que decisões financeiras que consideram critérios éticos e uma análise rigorosa dos impactos sociais e ambientais não substituem a disciplina de capital, mas a redimensionam. Em vez de restringir a racionalidade econômica, elas ampliam o espectro de riscos e oportunidades a serem avaliados, o que leva a implicações diretas sobre a capacidade de manutenção de valor em contextos caracterizados por interdependência e incerteza.

2. Referencial Teórico: de Stakeholders a Materialidade Ampliada

A investigação sobre ética financeira e inovação social está baseada em um conjunto de debates que, embora careçam de uniformidade, se juntam em determinados pontos. Entre essas discussões, são evidentes a teoria dos *stakeholders*, o *triple bottom line*, a evolução da governança corporativa e o desenvolvimento da agenda de materialidade, além das reflexões sobre a confiança institucional que surgem das finanças comportamentais.

A teoria dos *stakeholders*, proposta por Freeman (1984), desafia a visão predominante em alguns segmentos da teoria financeira, que vê a empresa como tendo como principal objetivo a maximização do valor para os acionistas. Ao enfatizar que as organizações se relacionam com uma variedade de grupos — colaboradores, fornecedores, clientes, comunidades locais, governos, investidores e sociedade civil — o autor argumenta que as decisões estratégicas e financeiras resultam em efeitos distributivos entre essas partes. Portanto, é fundamental reconhecer que as escolhas relacionadas a investimentos, políticas de crédito, endividamento e distribuição de dividendos não são neutras: elas determinam quem assume os riscos, quem obtém os benefícios e como os custos de possíveis falhas são divididos.

Essa visão está alinhada com o *triple bottom line* apresentado por Elkington (1997), que organiza a ideia de que as organizações devem prestar contas em três dimensões de sua atuação: econômica, social e ambiental. Em muitos casos, a implementação do *triple bottom line* ocorreu de maneira exclusivamente burocrática, com relatórios extensos e pouco analíticos. O próprio Elkington revisitou sua proposta anos depois, advertindo sobre o risco de que a metáfora fosse usada para encobrir práticas que não resultam em uma transformação significativa. No entanto, a ideia de que o

Ano III, v.1 2023 | submissão: 03/06/2023 | aceito: 05/06/2023 | publicação: 07/06/2023

desempenho econômico, por si só, não é suficiente para medir a contribuição de uma organização se estabeleceu e começou a interagir com uma crescente variedade de ferramentas para mensuração e divulgação.

A governança corporativa, por sua vez, expandiu-se para além da preocupação com conflitos de agência entre acionistas e gestores. A partir de crises e escândalos, ganhou relevância a discussão sobre transparência, composição e funcionamento de conselhos, independência de comitês de auditoria, gestão de riscos e mecanismos de controle interno. À medida que se tornaram mais visíveis os impactos de decisões financeiras sobre ambientes naturais, direitos trabalhistas e cadeias globais de valor, a governança passou a incorporar, ainda que de forma desigual, dimensões socioambientais e reputacionais.

Nesse cenário, a noção de materialidade torna-se fundamental. Inicialmente ligada à área contábil — como critério para definir quais informações são relevantes para os usuários das demonstrações financeiras — o conceito de materialidade tem sido reinterpretado ao longo do tempo pela literatura e pelos padrões internacionais de relatórios de sustentabilidade. Organizações como GRI, SASB e, mais recentemente, ISSB, ajudaram a esclarecer que questões ambientais, sociais e de governança podem ser materialmente significativas quando afetam fluxos de caixa, custo de capital, acesso a mercados, estabilidade regulatória ou até mesmo a sobrevivência do negócio. O conceito de dupla materialidade, que considera tanto o impacto da organização no meio ambiente quanto o impacto do meio ambiente na organização, reforça essa expansão.

Em paralelo, as finanças comportamentais introduziram um olhar mais complexo sobre o funcionamento dos mercados. Em vez de assumir que investidores e demais agentes processam informações de forma estritamente racional, essa literatura mostra como vieses cognitivos, heurísticas, emoções e percepções de confiança influenciam a atribuição de risco e a precificação de ativos. A história recente está repleta de casos em que a ruptura de confiança em relação a uma organização — por escândalos, fraudes, danos socioambientais ou conflitos éticos — resultou em quedas abruptas de valor de mercado, revisões de rating e retrações de crédito. Transparência e coerência entre discurso e prática tornam-se, assim, componentes importantes da avaliação de risco.

Com base nesse conjunto de contribuições, a ética financeira e a inovação social deixam de ser questões secundárias e passam a interagir diretamente com a maneira como são tomadas as decisões de investimento, financiamento e alocação de recursos. O desafio não é apenas "fazer o certo" de forma abstrata, mas compreender que a maneira como o capital é alocado possui consequências concretas para a estabilidade da organização e para sua legitimidade na sociedade.

3. Ética Financeira como Arquitetura de Decisão

Reduzir a ética financeira apenas à prevenção de fraudes e à conformidade com a legislação

Ano III, v.1 2023 | submissão: 03/06/2023 | aceito: 05/06/2023 | publicação: 07/06/2023

resulta em uma perspectiva limitada. Essas dimensões são fundamentais, mas não são suficientes para lidar com os dilemas surgidos quando as organizações atuam em contextos complexos e interconectados. Na prática, decisões financeiras geralmente envolvem a alocação de riscos ao longo do tempo, a definição de prioridades entre projetos concorrentes e a escolha de quem será mais impactado por possíveis erros de avaliação.

O desenho de incentivos é um exemplo claro. Estruturas de remuneração que recompensam resultados de curto prazo, sem levar em conta a qualidade do risco envolvido, podem incentivar comportamentos que priorizam lucros imediatos em detrimento de passivos futuros. Políticas de crédito que transferem riscos de maneira desproporcional para clientes ou comunidades mais vulneráveis podem ser lucrativas inicialmente, mas tendem a gerar conflitos, inadimplência e danos à reputação. A ética aqui se manifesta não como um conjunto de regras externas, mas como um critério para refletir sobre o que é considerado aceitável em relação à exposição de terceiros a riscos financeiros, socioambientais ou institucionais.

Os conselhos de administração e comitês especializados têm uma função importante nessa estrutura. Quando questões éticas são abordadas apenas como tópicos de conformidade, a resposta da organização tende a ser reativa e focada em “apagar incêndios”. Por outro lado, conselhos que incluem, nas decisões, contribuições de especialistas em riscos socioambientais, direitos humanos e regulamentação setorial aumentam a chance de que as decisões de capital sejam avaliadas de forma abrangente, e não apenas pela perspectiva do retorno esperado.

A ética financeira, entendida de maneira mais abrangente, está relacionada à qualidade do processo de decisão: à maneira como as alternativas são analisadas, à transparência sobre os pressupostos, à clara identificação de conflitos de interesse, à disposição para revisar decisões à luz de novas evidências e à inclusão de diferentes perspectivas. Ferramentas formais — códigos de conduta, políticas anticorrupção, mecanismos de denúncia, cláusulas contratuais — são cruciais, mas se tornam efetivas apenas quando têm apoio na cultura organizacional e na forma como a liderança e os conselhos realmente agem em situações críticas.

4. Materialidade, Inovação Social e Criação de Valor

Se a ética guia a qualidade das decisões e escolhas, a materialidade funciona como um filtro que organiza prioridades. Em um cenário onde a demanda por informações cresce e a agenda de sustentabilidade se torna mais complexa, é natural que surjam relatórios extensos, embora pouco seletivos. Contudo, o perigo é que um excesso de informação prejudique o foco e torne mais difícil para investidores, reguladores e a sociedade discernirem o que realmente é pertinente.

O debate acerca da materialidade tem como objetivo precisamente evitar que a sustentabilidade se transforme em uma mera lista de boas intenções. Identificar os temas materiais

Ano III, v.1 2023 | submissão: 03/06/2023 | aceito: 05/06/2023 | publicação: 07/06/2023

exige questionar quais fatores — ambientais, sociais e de governança — têm um impacto real nos resultados financeiros, na continuidade das operações e na legitimidade social. Para uma empresa do setor energético, as emissões e a transição para fontes renováveis podem ser essenciais; para uma instituição financeira, práticas de concessão de crédito, proteção de dados e prevenção da lavagem de dinheiro são frequentemente prioritárias; para uma empresa de tecnologia, aspectos como privacidade, algoritmos e relações trabalhistas em cadeias globais podem ser vitais.

É nesse ponto que a inovação social se torna especialmente atrativa. Iniciativas voltadas para educação financeira de populações endividadas, inclusão produtiva em regiões impactadas por grandes projetos, melhorias na infraestrutura básica nas áreas de influência de um projeto específico ou o desenvolvimento de habilidades tecnológicas em comunidades periféricas podem simultaneamente atender a demandas sociais significativas e minimizar riscos para a organização. A linha que separa uma intervenção socialmente inovadora de uma ação meramente promocional é, no entanto, sutil. Essa linha é definida pela clareza de objetivos, pela correlação com problemas materiais do negócio, pela capacidade de mensurar resultados e pela disposição de ajustar ou cancelar projetos que não cumpram suas promessas.

Quando associada a temas materiais, a inovação social deixa de ser encarada como um gasto secundário e é vista como um investimento em resiliência e legitimidade. O retorno não se manifesta apenas na forma de uma reputação favorável, mas também na diminuição dos riscos de interrupções operacionais, litígios, oposição social organizada ou perda da licença social para operar. Por outro lado, iniciativas que utilizam uma linguagem de impacto sem a base de dados ou de compromissos genuínos tendem a aumentar o ceticismo, estimular acusações de *greenwashing* ou *social washing* e gerar desconfiança entre os públicos cuja confiança se procurava conquistar.

5. Governança, Confiança e Accountability Ampliada

A relação entre ética financeira, materialidade e inovação social se solidifica — ou se enfraquece — no âmbito da governança. É na operação efetiva de conselhos, comitês de risco, auditoria e sustentabilidade que se comprova se essas dimensões estão unidas às decisões de investimento ou se estão restritas a relatórios e discursos administrativos.

Conselhos que contemplam uma variedade de experiências, que mantenham uma certa autonomia em relação à gestão executiva e que tenham acesso a informações de qualidade tendem a estar em uma posição mais favorável para questionar estratégias excessivamente focadas em resultados imediatos, para analisar riscos de maneira crítica e para avaliar a coerência entre o propósito declarado e as práticas efetivas. Essa forma de governança não elimina a possibilidade de erro, mas eleva a chance de que dilemas éticos e socioambientais sejam identificados a tempo e tratados como parte da agenda estratégica, e não como questões secundárias.

Ano III, v.1 2023 | submissão: 03/06/2023 | aceito: 05/06/2023 | publicação: 07/06/2023

A confiança institucional, por outro lado, não resulta de uma única decisão. Ela é o resultado de um histórico de condutas, de como a organização responde a crises, da forma como se comunica em situações difíceis e da coerência entre promessas e realizações. Em ambientes de alta incerteza, investidores, reguladores e a sociedade tendem a buscar mais intensamente sinais de integridade e transparência para formarem suas percepções sobre risco. Relatórios integrados, auditorias independentes de informações não financeiras, a divulgação clara das premissas utilizadas em cenários, e a abertura para diálogo com as partes interessadas auxiliam nesse processo, desde que não se limitem a seguir protocolos formais.

Simultaneamente, mecanismos de *accountability* ampliada não estão isentos de limitações. Exigências regulatórias excessivamente detalhadas podem levar as organizações a priorizarem o cumprimento de listas de verificação, em detrimento da reflexão sobre o que realmente é fundamental. O desafio consiste em criar estruturas de governança que aliem disciplina e flexibilidade: disciplina para assegurar padrões mínimos de transparência e responsabilidade; flexibilidade para possibilitar inovação, aprendizado e adaptação a contextos setoriais variados. Em última análise, o que determina a qualidade de um sistema de *accountability* é sua habilidade de gerar informações úteis para a tomada de decisões, e não apenas para preencher relatórios.

6. Dilemas em Diferentes Arranjos Organizacionais

Ao analisar essa estratégia em diversos tipos de organizações, a variedade de desafios se torna clara. Empresas que atuam em setores que demandam intensamente recursos naturais ou que enfrentam regulações severas lidam com riscos que podem afetar tanto seus lucros quanto sua autorização para operar. Projetos de mineração, grandes usinas hidrelétricas, exploração de petróleo e gás, agricultura em grande escala ou setores financeiros complexos provocam impactos significativos sobre o território, as comunidades e os ecossistemas. Nesses casos, a ausência de uma interpretação adequada de materialidade e ética financeira aumenta consideravelmente as chances de desastres, conflitos e quebra de confiança. A discussão sobre inovação social, nesse contexto, deve ser integrada a medidas eficazes de prevenção de danos, reparação e construção de relações duradouras com as populações afetadas.

Organizações híbridas, que combinam finalidade social explícita com modelos de negócio orientados à geração de receita, enfrentam outro conjunto de tensões. Investidores de capital paciente podem aceitar retornos financeiros mais moderados em troca de impacto social demonstrável, enquanto outros financiadores insistem em metas de rentabilidade mais próximas das práticas de mercado. Nos conselhos e equipes executivas, surgem debates sobre a alocação de recursos entre iniciativas com forte apelo social, mas baixa previsibilidade de receita, e projetos com retorno financeiro mais claro. A ética financeira, aqui, manifesta-se na forma como essas decisões são

Ano III, v.1 2023 | submissão: 03/06/2023 | aceito: 05/06/2023 | publicação: 07/06/2023

justificadas, na transparência com a qual metas são definidas e comunicadas e na disposição de reconhecer que certos compromissos assumidos com beneficiários não podem ser tratados apenas como variáveis ajustáveis em planilhas.

As organizações sem fins lucrativos, por sua vez, operam sob uma lógica distinta, mas não são menos suscetíveis a dilemas éticos na gestão de recursos. A dependência de doações, parcerias governamentais ou colaborações com empresas pode gerar pressões para ampliar projetos que não são sustentáveis em relação à capacidade organizacional, aceitar condições que comprometam a autonomia institucional ou apresentar resultados inflacionados. Em mercados concorridos por recursos limitados, a tentação de usar narrativas de impacto sem uma fundamentação sólida é real. Práticas consistentes de ética financeira — como a transparência no uso de recursos, critérios claros para a avaliação e conclusão de projetos, governança colaborativa e auditorias externas — tornam-se, nesse contexto, fundamentais para a própria legitimidade da organização.

Em todas essas circunstâncias, a junção de uma análise rigorosa de materialidade, a inovação social orientada por critérios de eficácia e uma governança atenta a riscos éticos parece aumentar as chances de que as organizações enfrentem períodos de instabilidade com menos prejuízos. A ausência desses componentes, por outro lado, compromete os modelos de negócios e, lentamente, erode a confiança dos *stakeholders*, um fenômeno que raramente se manifesta de maneira repentina, mas tende a se acumular até resultar em uma crise aberta.

7. Implicações para Gestores e Conselhos

As avaliações realizadas até agora apontam várias repercussões para a rotina de gestores financeiros, consultores e outros profissionais responsáveis pela tomada de decisões financeiras. A primeira repercussão diz respeito ao próprio processo de planejamento. Previsões que desconsideram riscos socioambientais, dinâmicas regulatórias e possíveis alterações nas preferências dos consumidores estão fundamentadas em uma percepção limitada da realidade. Incluir esses aspectos no planejamento não significa adotar uma postura constantemente pessimista, mas reconhecer que o futuro dos fluxos de caixa depende de fatores que não podem ser completamente entendidos através de dados históricos.

Uma segunda repercussão se refere à forma como os projetos são avaliados. Os critérios tradicionais de análise de investimentos permanecem válidos, mas podem ser enriquecidos com questões adicionais: que tipo de riscos à reputação este projeto pode ocasionar? Qual é o impacto sobre as relações com comunidades, trabalhadores, autoridades locais ou reguladores? Existe o risco de conflitos abertos ou processos judiciais? De que forma esta iniciativa se alinha a temas considerados relevantes para a organização? Ao agregar essas questões, gestores e consultores reconhecem que as decisões financeiras também refletem o tipo de relação que a organização

Ano III, v.1 2023 | submissão: 03/06/2023 | aceito: 05/06/2023 | publicação: 07/06/2023

estabelece com seu contexto.

Uma terceira repercussão está relacionada à cultura interna. Não adianta elaborar relatórios sofisticados e utilizar uma terminologia de impacto se as decisões cotidianas são tomadas apenas com base em metas de curto prazo. A consolidação da ética financeira e da inovação social requer investimentos em capacitação, criação de ambientes de discussão crítica e revisões frequentes dos mecanismos de incentivo. Nas organizações onde os profissionais percebem que comportamentos questionáveis são aceitos quando geram resultados imediatos, códigos e políticas tendem a ser considerados apenas formalidades sem efeito.

Por último, existem consequências significativas para a forma como os conselhos exercem suas funções. Ao integrar a ética financeira e a inovação social como componentes centrais da estratégia, e não como itens adicionais relacionados à reputação, os conselheiros se tornam aptos a questionar decisões que parecem desconsiderar riscos relevantes, promover o desenvolvimento de capacidades internas para enfrentar questões socioambientais e sustentar, quando necessário, escolhas menos populares a curto prazo, mas coerentes com a preservação do valor a longo prazo. Muitas vezes, o verdadeiro teste para uma governança guiada por princípios éticos ocorre não em situações óbvias de ilegalidade, mas em decisões ambíguas nas quais caminhos formalmente aceitos podem resultar em efeitos que, sob uma análise mais abrangente, se mostram problemáticos.

8. Considerações Finais

A aproximação entre ética financeira, inovação social e governança não oferece uma fórmula pronta para a gestão em ambientes complexos, e talvez nem devesse fazê-lo. A realidade organizacional é marcada por interesses divergentes, incertezas, restrições de informação e conflitos de valores que não se resolvem por meio de arranjos conceituais. Ainda assim, determinados enquadramentos analíticos ajudam a qualificar a forma como esses conflitos são percebidos e tratados.

O trajeto apresentado neste artigo demonstra que, quando analisadas sob a perspectiva da teoria dos *stakeholders*, do *triple bottom line*, da agenda de materialidade e das discussões referentes à confiança institucional, as decisões financeiras se tornam um espaço onde questões éticas e estratégicas se entrelaçam. A maneira como uma organização organiza seus processos decisórios, escolhe temas relevantes, projeta iniciativas de inovação social e estabelece mecanismos de *accountability* afeta diretamente sua habilidade de gerar valor que perdure ao longo do tempo e enfrente crises.

É difícil, à luz da evidência acumulada, argumentar que essas dimensões possam ser consideradas meros acessórios. Em um ambiente de interdependência crescente, com cadeias de suprimento globalizadas, sistemas financeiros interconectados e opiniões públicas conectadas em tempo real, a alocação de capital assume contornos políticos e sociais mais evidentes. Ignorar essa

Ano III, v.1 2023 | submissão: 03/06/2023 | aceito: 05/06/2023 | publicação: 07/06/2023

realidade é, na prática, aceitar riscos que dificilmente podem ser descritos como neutros do ponto de vista econômico.

Há um vasto campo a ser explorado, inobstante as pesquisas que revisamos, estudos comparativos entre setores, análises de casos que conectem configurações específicas de governança com resultados tangíveis em termos de resiliência e legitimidade, além de pesquisas empíricas que avaliem o impacto de diferentes abordagens de inovação social sobre o desempenho financeiro e reputacional são apenas algumas das possibilidades que estão sendo investigadas na academia. Apesar das várias questões em aberto, um aspecto parece relativamente claro é que as organizações que levam a sério a ética financeira, a interpretação da materialidade e a inovação social tendem a estar em uma posição mais favorável para estabelecer relações de confiança duradouras com investidores, reguladores e a sociedade — e, por consequência, para manter trajetórias de geração de valor em horizontes mais longos.

Referências

BUSINESS ROUNDTABLE. *Statement on the purpose of a corporation.* Washington, DC, 2019.

HARARY, A. Trust is tangible. In: EDELMAN. *Edelman Trust Barometer 2019.* Relatório Edelman, 2019.

EDMANS, A. *Grow the pie: how great companies deliver both purpose and profit.* Cambridge: Cambridge University Press, 2020

EDMANS, A. Purpose and profit. *Harvard Forum on Corporate Governance*, 1 out. 2020.

ELKINGTON, J. 25 years ago I coined the phrase “triple bottom line” —here’s why it’s time to rethink it. *Harvard Business Review*, 25 jun. 2018.

FREEMAN, R. E. *Managing for stakeholders.* Darden School Working Paper, n. 01-02, 2007.

GUILLOT, J.; HALES, J. Materiality: the word that launched a thousand debates. *Harvard Law School Forum on Corporate Governance*, 14 maio 2021.

IFRS FOUNDATION. ISSB issues inaugural global sustainability disclosure standards IFRS S1 and IFRS S2. Comunicado de imprensa, 26 jun. 2023.

IFRS FOUNDATION; GRI – GLOBAL REPORTING INITIATIVE. IFRS Foundation and GRI to align capital market and multi-stakeholder standards. Comunicado conjunto, 24 mar. 2022.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (IIRC). *International <IR> Framework.* London: IIRC/IFRS Foundation, 2021.



Ano III, v.1 2023 | submissão: 03/06/2023 | aceito: 05/06/2023 | publicação: 07/06/2023

RAJAN, R. G. 50 years later, it's time to reassess. Discurso no Stigler Center/ProMarket, 18 set. 2020.

RAJAN, R. G.; ZINGALES, L. *Saving capitalism from the capitalists: unleashing the power of financial markets to create wealth and spread opportunity*. New York: Crown Business, 2003.

WHELAN, T.; ATZ, U.; CLARK, C.; VAN HOLT, T. *ESG and financial performance: uncovering the relationship by aggregating evidence from 1,000+ studies published between 2015–2020*. New York: NYU Stern School of Business; Rockefeller Asset Management, 2021. (Relatório de pesquisa).